



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681963 - PR (2021/0229350-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA
ADVOGADO : MARCELO LEAL DE LIMA OLIVEIRA - PR019847
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : A A DE M
CORRÉU : S S M P
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de A A de M em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Apelação Criminal n. 0055343-93.2015.8.16.0014).

O paciente foi condenado como incurso nas sanções do artigo 244-A do ECA c/c artigo 71, do Código Penal e artigo 244-A do ECA , em concurso material, impondo-lhe a pena definitiva de 08 anos e 08 meses de reclusão e 22 dias-multas, em regime inicial fechado.

Sustenta o impetrante a atipicidade da conduta.

Alega, que "manter relações sexuais, mediante pagamento, com maiores de 14 anos e menores de 18 anos, de forma consentida, não caracteriza a exploração de poder sobre elas, na medida em que não há submissão, por meio de exercício de poder. Em outras palavras, a conduta praticada pelo cliente ocasional, tal como qual aquela descrita na denúncia, não caracteriza o tipo penal do art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente." (fl. 8)

Aduz, por fim, que "o Superior Tribunal de Justiça analisou fato idêntico oriundo da mesma operação, que teve curso na cidade de Londrina, e envolvendo a mesma adolescente (...) Trata-se do Recurso Ordinário em Habeas Corpus nº 80.481, da relatoria do Ministro FÉLIX FISCHER. Referido recurso foi parcialmente provido exatamente no ponto da discussão da presente impetração." (fl. 17)

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem, "a fim de que seja reconhecida a atipicidade da conduta imputada ao Paciente pela ausência de lei penal

à época dos fatos, anulando-se a condenação que lhe foi imposta pelo Tribunal de Justiça do Paraná evitando-se decisões contraditórias." (fls. 22-23)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir (fls. 71-72):

APELAÇÃO CRIMINAL. EXPLORAÇÃO SEXUAL. AÇÃO PENAL PÚBLICA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PEDIDO DE CONDENAÇÃO DO RÉU ALEXANDRE PELOS FATOS 01 E 02 DESCRITOS NA EXORDIAL ACUSATÓRIA E DA RÉ SANDRA SOMENTE QUANTO AO FATO 02. ACOLHIMENTO. CERTEZA DE MATERIALIDADE E AUTORIA. PALAVRA FIRME E COERENTE DAS OFENDIDAS CORROBORADA POR DEMAIS ELEMENTOS. VERSÃO APRESENTADA POR TESTEMUNHA-CHAVE, EM COLABORAÇÃO PREMIADA, QUE POSSIBILITOU O DESMANTELAMENTO D REDE DE EXPLORAÇÃO SEXUAL PELO GAECO. IDENTIFICAÇÃO DOS ACUSADOS. COMPROVAÇÃO DE QUE, EM DUAS OPORTUNIDADES, O RÉU ALEXANDRE REALIZOU PROGRAMAS EXUAL COM UMA VÍTIMA A. K. C. E, POR UMA VEZ, COM A OFENDIDA K. Q. S., QUE Á ÉPOCA DOS FATOS ERAM MENORES E IDADE. MANUTENÇÃO DO ÉDITO ABSOLUTÓRIO QUANTO À RÉ SANDRA NO QUE TANGE A VÍTIMA A. K. C. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE OS ENCONTROS ENTRE A VÍTIMA E O ACUSADO FORAM PROMOVIDOS PELA ACUSADA. SITUAÇÃO, ENTRETANTO, NÃO VERIFICADA EM RELAÇÃO À VÍTIMA K. Q. S. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO A APONTAR QUE SANDRA INTERMEDIOU O ENCONTRO SEXUAL OCORRIDO ENTRE A OFENDIDA E O APELADO. NARRATIVA OBTIDA DO DEPOIMENTO JUDICIAL DA VÍTIMA K. Q. S. CORROBORADA PELA CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL DA APELADA. DOSIMETRIA DA PENA. . FIXAÇÃO DAS PENAS NO RÉU ALEXANDRE PATAMAR MÍNIMO. RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO FATO (PRÁTICA DE DUAS CONDUTAS). RECRUDESCIMENTO DA PENA NA FRAÇÃO DE 1/6 (UM SEXTO). ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRECEDENTES. PENA REFERENTE AO FATO 02 MANTIDA NO MÍNIMO LEGAL. APLICAÇÃO DO CONCURSO MATERIAL DE CRIMES ENTRE O PRIMEIRO E SEGUNDO FATO. ELEVADO LAPSO TEMPORAL TRANSCORRIDO ENTRE AS IMPUTAÇÕES NARRADAS NA DENÚNCIA QUE IMPOSSIBILITA O RECONHECIMENTO DO CRIME CONTINUADO. PENA DEFINITIVA ARBITRADA AO RÉU ALEXANDRE EM

SUPERIOR A 08 (OITO) ANOS DE QUANTUM RECLUSÃO. CONSEQUENTE IMPOSIÇÃO DO REGIME INICIAL FECHADO. FIXAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DOS DIAS-MULTA EM TRÊS VEZES (TRIPLO) DO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. OBSERVÂNCIA DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS DO ACUSADO. DONO DE DIVERSOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CONHECIDOS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA. APENADO QUE FOI OBJETO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA VEICULADA EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO NA REFERIDA CIDADE. . PENA-BASE RÉ SANDRA MANTIDA NO MÍNIMO. SEGUNDA FASE. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL QUE AUXILIOU NA FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO ACERCA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE INALTERADA. INTELIGENCIADA SÚMULA 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INEXISTÊNCIA DE CAUSAS ESPECIAIS DE AUMENTO OU DE DIMINUIÇÃO DE PENA. FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL ABERTO, COM A CONSEQUENTE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. ALMEJO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ANTE A APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES RECURSAIS PELA DEFESA DA RÉ. ACOLHIMENTO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CONJUNTA N.015/2019 – PGE/SEFA. RECURSO MINISTERIAL CONHECIDO E PROVIDO.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência